

1 RESOLUÇÃO SOBRE SAÚDE DO TRABALHADOR À XXII 2 PLENÁRIA DA FENAJUFE

3
4 No Poder Judiciário a política de metas abusivas combinada com a
5 virtualização dos processos de trabalho alterou significativamente a forma
6 como os(as) servidores(as) lidam com a rotina do trabalho. O Judiciário vive
7 hoje os efeitos da *Síndrome de Burnout* que outras categorias já conhecem
8 muito bem. A mesa de trabalho virtual nunca esvazia e os servidores e as
9 servidoras estão cada vez mais tomados pela sensação de enxugar gelo. A
10 atual política de metas de produtividade do PJU e MPU provoca crises de
11 ansiedade e depressão nos trabalhadores e trabalhadoras do PJU e do MPU.
12 Toda essa realidade está colocada sem nenhuma política de saúde
13 institucional que reconheça e trate esse problema, que tem sua origem no
14 modelo de gestão.

15 Os dados institucionais sobre a saúde do servidor e da servidora no Poder
16 Judiciário são bastante escassos de uma forma geral, focados na saúde
17 individual, negligenciando fatores específicos dos locais de trabalho e
18 repercussões do modelo de gestão e de pessoas na saúde. A política de
19 atenção à saúde dos servidores no Poder Judiciário é bem recente. Apenas em
20 2016 o Poder Judiciário começou a dar os primeiros passos na coleta
21 sistemática e nacionalmente articulada de dados sobre a saúde de
22 servidores(as) e magistrados(as), ainda assim, não existe um mapeamento
23 nacional, de caráter público, que apresente o perfil da saúde dos servidores do
24 PJU e MPU, que demonstre como e porque o adoecimento da categoria ocorre.

25 As administrações não apresentam políticas de prevenção da Saúde dos
26 Servidores e Servidoras dos seus quadros e os Comitês Locais de Atenção
27 Integral à Saúde dos Servidores não atuam como agentes formuladores e de
28 pressão para que estas políticas sejam estabelecidas. Na maioria dos casos,
29 os Comitês Locais de Saúde atuam de forma tímida ou protocolar e mesmo a
30 participação dos representantes sindicais não modificam esse perfil. A
31 ausência de um debate transversal sobre os mecanismos de gestão e os
32 impactos sobre a saúde, dificulta avanços para qualquer política que promova
33 e/ou mantenham condições reais de proteção à saúde do trabalhador do Poder
34 Judiciário Federal e do Ministério Público da União. Precisamos disputar de
35 forma consistente essa visão sobre a saúde da nossa categoria.

36 Neste sentido, torna-se absolutamente necessário um levantamento de dados
37 nacionais sobre a situação de servidores e das servidoras do Poder Judiciário
38 do MPU para mapear o adoecimento da categoria e construir políticas
39 concretas de atenção integral à saúde dos servidores, principalmente focada
40 na prevenção das condições de saúde , atuando transversalmente na gestão
41 de pessoas para extinguir os componentes do adoecimento (aspectos objetivos
42 e subjetivos).

43 A Fenajufe e seus sindicatos filiados devem romper o imobilismo institucional e
44 construir seu próprio banco de dados sobre a saúde dos servidores(as),
45 elaborar estudos em parcerias com as universidades e instituições
46 especializadas em Saúde do Trabalhador, construir material técnico e jurídico

47 que comprove a necessidade de mudanças nas políticas de metas e de
48 produtividade aplicada aos servidores.

49 Para obtenção dos dados de forma nacionalmente articulada, a Fenajufe deve
50 formular, fomentar e aplicar em conjunto com os sindicatos filiados, uma
51 pesquisa nacional de saúde, que mapeie o perfil de saúde da categoria, bem
52 como o seu grau de adoecimento e nexos causais. O objetivo da pesquisa é
53 construir ou atualizar, os dados da situação de adoecimento da categoria
54 nacionalmente, caracterizando o avanço das doenças do trabalho,
55 principalmente às vinculadas ao esforço repetitivo e ao sofrimento mental,
56 gerado pela jornada excessiva em ambiente virtual sem pausas e da pressão
57 pelo cumprimento de metas abusivas, em geral acompanhadas com situações de
58 assédio moral e/ou abuso de poder. Importante consolidar a parceria com a
59 Fenajud para esse banco de dados uma vez que as duas categorias estão
60 submetidas ao mesmo modelo imposto pelo CNJ.

61 Com o mapeamento será possível cobrar às Administrações a implantação de
62 políticas de prevenção à saúde dos servidores e das servidoras e mudanças no
63 modelo de produtividade aplicado à gestão de pessoas, atuando nos espaços
64 de decisão dessas políticas, nos tribunais, Conselhos e/ou CNJ.

65 Além disso, os dados obtidos contribuirão de forma decisiva para a construção
66 de saídas jurídicas, a partir do somatório de esforços das assessorias jurídicas
67 e da área de saúde do trabalhador(a) do sindicato, para questões como,
68 caracterização e reconhecimento do acidente de trabalho e da aposentadoria
69 por invalidez, quando oriundos das doenças osteomusculares surgidas ou
70 agravadas pelo esforço repetitivo na jornada de trabalho virtual sem pausas
71 ou das doenças psíquicas que surgem em desdobramento das violências no
72 trabalho e em especial do assédio moral no trabalho.

73 Embora a construção da pesquisa nacionalmente articulada e aplicada junto
74 com os sindicatos, para levantar dados na base da categoria, seja uma ação
75 extremamente importante, a Fenajufe deve, em conjunto com os sindicatos
76 filiados, cobrar das administrações dos PJU e do MPU, os dados sobre a saúde
77 dos servidores(as), através de mecanismos como requerimentos
78 administrativos com base na Lei da informação. Os dados institucionais são
79 essenciais para o questionamento das condições de trabalho e da política de
80 gestão produtivista. A Fenajufe deve orientar os sindicatos a solicitar os dados
81 institucionais sobre adoecimento e quantitativo de licença saúde da categoria,
82 com levantamento do nexo causal, para produção de estudos técnicos e
83 medidas jurídicas que visem conter a escalada do adoecimento vinculado à
84 produtividade abusiva bem como caracterizar a *Síndrome de Burnout*.

85 Além do levantamento dos dados da saúde dos servidores do PJU e do MPU,
86 torna-se necessário que a Fenajufe, através do Observatório Nacional de
87 Atenção Integral à Saúde do Servidor e da Servidora do Judiciário, oriente e
88 fomente à participação dos representantes sindicais nos comitês locais de
89 saúde, teletrabalho, gestão, etc, formule proposições e estudos técnicos. Para
90 apresentar nestes espaços a defesa da categoria e propor políticas de proteção
91 à saúde, às condições dignas de trabalho, de proteção aos direitos trabalhistas,
92 como também acessar informações institucionais sobre os temas e as políticas
93 institucionais que estão sendo formuladas para construir junto a categoria o seu

94 posicionamento e organização da luta nas formulações que atacam os
95 trabalhadores.

96 Esta é uma etapa importante da luta por condições e relações de trabalho
97 dignas, uma vez que as dificuldades de comprovação do nexu causal nestes
98 casos ainda são imensas em função da ausência de monitoramento
99 institucional e de políticas efetivas de combate ao assédio moral e sexual
100 dentro do Poder Judiciário.

101 Neste sentido, os delegados e delegadas presentes à XXII Plenária Nacional
102 da Fenajufe deliberam:

103 1. Lutar pela implantação de uma Política Nacional de Prevenção à
104 Saúde dos Servidores do PJU e do MPU bem como se capacitar para a
105 disputa de modelo;

106 2. Implantar e fortalecer o Observatório Nacional de Atenção Integral
107 à Saúde dos Servidores do PJU e MPU, construindo ações conjuntas
108 com os seus sindicatos filiados, com a FENAJUD e os sindicatos filiados
109 da sua base, para tomar de medidas nacionalmente articuladas de
110 construção de políticas de prevenção à Saúde do Trabalhador.

111 3. Aprovar formulação e aplicação, em conjunto com os sindicatos
112 filiados e em parceria com a Fenajud, de pesquisa nacional de saúde,
113 visando a construção do mapeamento do adoecimento da categoria bem
114 como traçar um perfil da saúde dos servidores do PJU e do MPU.

115 4. Elaborar, discutir e propor pautas e propostas para os Comitês
116 Nacionais e Locais de Atenção Integral à Saúde dos Servidores(as), de
117 Teletrabalho, de Gestão de Pessoas, que visem uma ação integrada de
118 proteção às condições de trabalho e de prevenção à Saúde da
119 categoria;

120 5. Cobrar a instalação dos comitês onde ainda não existirem e a
121 participação da representação das entidades sindicais como previsto
122 nas resoluções que versam sobre a instalação dos comitês.

123 6. Orientar os sindicatos a participarem do Observatório Nacional de
124 Atenção Integral à Saúde dos Servidores e das Servidoras do judiciário
125 (PJU e do MPU e base da Fenajud).

126

127 Assinam:

128 Mara Weber- RS, Soraia Garcia Marca- RJ, Luis Amauri Pinheiro de Souza –
129 RJ, Edmilton Gomes – DF, Ana Paula Cusinato – DF, Neli da Costa Rosa – RJ,
130 Silas Faria Luís- RJ, Jacqueline Albuquerque – PE, Raony Nogueira – DF,
131 José Aristéia - SP

132

133 **Recebido em 09/7/2018, às 23h14**